



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7137

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 28/06/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2005. (RETIRADO). Isenta o cidadão desempregado do pagamento da taxa de inscrição nos concursos públicos promovidos pelo Município do Montes Claros e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.4 **Posição:** 38 **Número de folhas:** 08

Espécie: PL
Categoria: Pendentes
Cx: 27.4
Ordem: 38
nº fls: 04



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI N° ____/2005

AUTOR:

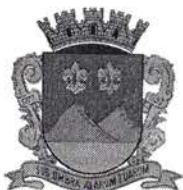
VEREADORA : FÁTIMA PEREIRA MACEDO

ASSUNTO:

Isenta o cidadão desempregado do pagamento da taxa de inscrição nos concursos
públicos promovidos pelo Município de Montes Claros e dá outras providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 28/06/2005
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - VISTAS POR 3 VAS EM 05.07.2005
- 4 - AJAMENTO PE DISCUSSÃO EM
- 5 - 02.08.2005
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei n.º 2005.

*As Comissões
28/06/05*

Isenta o cidadão desempregado do pagamento da taxa de inscrição nos concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica isento do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros, o cidadão comprovadamente desempregado;

§1º- O candidato comprovará a condição de desempregado mediante a apresentação da Carteira de Trabalho Social ou de documento similar, no ato da inscrição;

§ 2º- O edital do concurso deverá conter as informações relativas à isenção da taxa de que trata esta lei e aos documentos exigidos para comprovação de desempregado.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros-MG, 27 de junho de 2005.

[Assinatura]
Fátima Pereira Macedo
Vereadora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
27/06/2005	
HORA: 9:45H	
ASS: <i>[Assinatura]</i>	



É ilegal
Princípio de M. L.

Projeto legal e constitucional.
A. Silva

Entendemos ser ilegal o
Atestado de Morte.

Assinado por J. J.
Vale a pena - ILEGAL -
Assinado por J. J.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Isenta o cidadão desempregado do pagamento da taxa de inscrição nos concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros e dá outras providências.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, ressaltando que a Constituição Federal em seu artigo 30 concede aos Municípios o direito de legislar sobre assuntos de interesse local.


No Estado de Minas Gerais encontra-se em vigência legislação similar, Lei 13.392/99.

Quanto à sua legalidade, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 01 de julho de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INPS

HS 02/08/05


“ Emenda ao Projeto de Lei que Isenta o cidadão do pagamento da taxa de Inscrição nos concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros e da outras providencias.

Altera o Artigo 1º e o Parágrafo 1º do referido projeto de lei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º Fica isento do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos promovido pelo Município de Montes Claros, o cidadão que comprove **Renda Per Capta** igual ou inferior a um salário mínimo do grupo familiar.

Parágrafo 1º - O candidato comprovará a **Renda Per Capta** do grupo familiar mediante apresentação da documentação necessária para comprovação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 02 de Agosto 2005.


Raimundo Pereira da Silva
(Raimundo do INSS)
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
 E RESOLUÇÃO
 EM 02 DE AGOSTO DE 2005
 RESIDENTE

Artigo 1º e Artigo 2º do Projeto de Lei nº 123/2005, com a seguinte redação:

Artigo 1º Fica estabelecido o pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros, a saber:

Artigo 2º A taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros, a saber:

Seu das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, em 02 de Agosto de 2005.

Primo Sérgio Lacerda da Silva
 (Presidente do LAC)
 Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INPS


09/08/2005
Emenda ao Projeto de Lei que Isenta o cidadão do pagamento da taxa de Inscrição nos concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros e da outras providencias.

Altera o Artigo 1º e o Parágrafo 1º do referido projeto de lei, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º Fica isento do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos promovido pelo Município de Montes Claros, o cidadão que comprove **Renda** igual ou inferior a um salário mínimo do grupo familiar.

Parágrafo 1º - O candidato comprovará a **Renda** do grupo familiar mediante apresentação da documentação necessária para comprovação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 09 de Agosto 2005.


Raimundo Pereira da Silva
(Raimundo do INSS)
Vereador





Artigo 1º - Para efeito de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Município de Montes Claros, o candidato que comprovou renda igual ou inferior a um salário mínimo no grupo familiar.

Parágrafo 1º - O candidato comprovou a renda do grupo familiar mediante apresentação da documentação necessária para comprovação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 09 de Agosto 2005.

João Roberto Pereira da Silva
(Presidente do IPEM)
Verador